



Licitacao Lafaiete <licita.lafaiete@gmail.com>

---

## Recursos Administrativos CP 007/2022 com abertura de prazo para contrarrazões

---

**AR engenharia** <arengenhariaconstrutora@gmail.com>

20 de março de 2023 às 09:31

Para: Licitacao Lafaiete <licita.lafaiete@gmail.com>

Bom dia,  
Segue em anexo contrarrazões.

**Atenciosamente,**  
**André Rocha (77) 99109-9040**  
**CEO**  
**AR Engenharia**

[Texto das mensagens anteriores oculto]



**Contrarrazões.pdf**  
541K

## Contrarrazões

À Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete

Concorrência pública nº 007/2022.

### Recurso Administrativo Construtora WYX Montagem e Construção Eireli

A Construtora WYX, uma vez inabilitada por falta de apresentação de atestado técnico de obra concluída registrado pelo órgão competente, apresentou em seu recurso administrativo três boletins de medição, porém sem nenhuma nota fiscal emitida, sem nenhum relatório fotográfico, fatores que embasam realmente a execução dos serviços. Visto que a ART apresentada em certame ainda consta como obra em andamento, a obra não foi concluída para o órgão competente, embasando assim corretamente a decisão da fiscal do certame.

### Recurso Administrativo GUMA Engenharia EIRELI

A GUMA Engenharia EIRELI, uma vez inabilitada por falta de apresentação de atestado técnico de obra concluída registrado pelo órgão competente, apresentou um termo de recebimento DEFINITIVO de obra, porém também não apresentou nenhum relatório fotográfico, nenhuma medição, nenhuma nota fiscal, e também não apresentou a baixa da ART.

Sobre a diligência solicitada, é necessário se atender sobre o O § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93 estabelece que o pregoeiro, a comissão de licitação e/ou autoridade superior pode promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

A Lei 14.133/2021 (“Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”) autoriza a realização de diligência na fase de habilitação no art. 64, *caput* e incisos I e II, porém veda a entrega posterior a abertura dos envelopes de novos documentos para habilitação. Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme expressamente disposto em Lei. In verbis:

*Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:*

*I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;*

*II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas”.*

Em ambos os preceitos legais, fica nítido que a diligência serve para esclarecer ou complementar a instrução, não podendo ser utilizada para permitir a apresentação de documento ou informação que devia constar originariamente da proposta.

Trata-se de importante mecanismo cuja finalidade é permitir que o pregoeiro, a comissão de licitação ou autoridade superior reúnam elementos suficientes para amparar a decisão relativa à contratação. O pressuposto central, portanto, é a existência de dúvida pela comissão ou autoridade superior sobre algum documento juntado pelo licitante.

Diante do exposto acima, solicito que as empresas devam continuar inabilitadas para o certame, visto que não comprovaram a aptidão exigida.

---

AR ENGENHARIA EIRELI

CNPJ 36.286.217/0001-57